



**2º Congresso Ibero - Americano
de Responsabilidade Social**
25, 26 e 27 de Outubro de 2012
ISEG, Lisboa - Portugal

**ANÁLISE LONGITUDINAL DA INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE SOBRE
RELATO AMBIENTAL**

Carlos Manuel Severino da Mata

Ana Fialho Silva

Teresa Eugénio

**ANÁLISE LONGITUDINAL DA INVESTIGAÇÃO EM CONTABILIDADE SOBRE
RELATO AMBIENTAL**

MATA, Carlos
Mestre em Gestão
Escola Superior de Ciências Empresariais,
Instituto Politécnico de Setúbal
Setúbal, Portugal.
carlos.mata@esce.ips.pt

SILVA, Ana Fialho
Doutorada em Ciências Económicas e Empresariais
Universidade de Évora
Évora, Portugal.
afialho@uevora.pt

EUGÉNIO, Teresa
Doutorada em Gestão
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria,
Instituto Politécnico de Leiria
Leiria, Portugal.
teresa.eugenio@ipleiria.pt

Resumo

Este estudo pretende contribuir para uma revisão da investigação em Contabilidade sobre a temática do Relato Ambiental, através da análise longitudinal dos artigos publicados em 20 *accounting top journals*, entre 2006 e 2011. Foram identificados 130 artigos, tendo a maioria sido publicados nos *journals* Accounting, Organizations and Society (AOS), Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ), Critical Perspectives on Accounting (CPA) e Accounting Forum (AF).

Do universo dos estudos identificados, foram analisados 60 artigos. Para cada artigo optamos por analisar as seguintes dimensões: os objetivos e resultados obtidos, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os sectores de atividade e países em estudo.

Os estudos procuram compreender as práticas e identificar os fatores que influenciam o relato ambiental de um determinado espaço geográfico, analisar o impacto da regulamentação sobre o relato ambiental, validar uma “teoria social”, caso das teorias da legitimidade e dos *stakeholders*, estudar os sistemas de contabilidade ambiental e analisar a relação entre o relato ambiental e o desempenho ambiental e económico.

Constatámos que a maioria dos estudos apresenta uma abordagem longitudinal e utiliza preferencialmente como metodologias a análise de conteúdo. Os dados são recolhidos principalmente do relatório e contas mas a tendência é recorrer a uma análise conjunta dos relatórios de sustentabilidade ou ambientais, os *web sites*, *press releases*, entre outros documentos. Importa salientar que a maioria dos estudos selecionam empresas cotadas do Reino Unido, Estados Unidos e Austrália de sectores mais sensíveis a riscos ambientais, tais como: o sector químico, as petrolíferas, a indústria de celulose e papel, a metalomecânica e a indústria extractiva.

Palavras-chave: Contabilidade Social e Ambiental; Relato Ambiental; Revistas de Contabilidade; Investigação.

Abstract

This study aims to contribute for an accounting state-of-the-art on environmental disclosure through the longitudinal analysis of the articles published in 20 accounting top journals ranging between 2006 and 2011. 130 articles were identified, the majority of which having been published in the journals Accounting, Organizations and Society (AOS), Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ), Critical Perspectives on Accounting (CPA) and Accounting Forum (AF).

From the universe composed of the identified studies, 60 articles were analyzed. For each article we decided to focus on the following dimensions: the objectives and obtained results, the adopted methodologies, data sources, industry activities, and the countries of interest.

The studies seek to understand the practices and to identify the factors that influence the environmental disclosure of a certain geographic space, to analyze regulatory impact on environmental disclosure, to validate a “social theory”, as is the case of the legitimacy and stakeholders theories, to study the environmental accounting systems, and to analyze the relation between environmental disclosure and environmental and economic performance.

We have observed that the majority of studies present a longitudinal approach and preferably uses content analysis as a methodology. Data is mainly collected from the annual report but the tendency is to resort to a joint analysis of sustainability or environmental reports, corporate websites, press releases, and other documents. It is important to stress that the majority of studies select listed companies in the United Kingdom, United States and Australia, in sectors that are particularly sensitive to environmental risks, such as: the chemical sector, oil companies, paper and cellulose industry, metal-mechanics and the mining industries.

Keywords: Social and Environmental Accounting; Environmental Disclosure; Accounting journals, research.

1. Introdução

Nos últimos anos a informação de carácter ambiental tem motivado o crescente interesse quer das empresas, quer da comunidade académica, na área da Contabilidade Social e Ambiental (CSA).

Este estudo pretende contribuir para uma revisão da investigação em Contabilidade sobre a temática do Relato Ambiental, através da análise longitudinal dos estudos publicados em 20 *accounting top journals*, no período de 2006 a 2011. Esta análise permitiu identificar para cada artigo analisado as seguintes dimensões: os objetivos e resultados obtidos, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os sectores de atividade e países em estudo.

O presente trabalho está estruturado em 3 pontos. No ponto 2 apresentamos uma perspetiva histórica da investigação em contabilidade social e ambiental, tendo em conta alguns estudos que se baseiam numa análise longitudinal sobre a investigação em CSA. No ponto 3 é explicitada a metodologia adotada para a seleção da amostra. No ponto 4 apresentamos os resultados e procedemos à sua sistematização e discussão, abordando os objetivos, as metodologias adotadas, a origem dos dados, os sectores de atividade e países analisados. Por fim, apresentamos as conclusões e as limitações do estudo.

2. Perspetiva histórica da investigação em Contabilidade Social e Ambiental

O crescente interesse pelas questões sociais e ambientais resultou no incremento de publicações académicas. Neste sentido, é vasta a literatura sobre CSA, que desenvolve diversas linhas de investigação, tanto numa perspetiva teórica como empírica, sobre o estudo das práticas de relato ambiental e da contabilidade ambiental, numa óptica interna e externa.

Diversos autores apresentam uma revisão da investigação teórica e empírica sobre contabilidade/relato ambiental destacando-se, entre outros, os trabalhos de Mathews (1997, 2003 e 2004), Gray (2002), Owen (2008), Parker (2005 e 2011) e Eugénio et al. (2010).

Mathews (1997) classifica os principais temas abordados na literatura ao longo dos últimos 25 anos, repartindo em três períodos distintos: de 1971 a 1980; de 1981 a 1990; e 1991 a 1995.

Já Gray (2002) apresenta uma análise crítica da literatura em contabilidade social publicada nos últimos 25 anos, destacando os estudos do *Journal Accounting, Organization and Society*.

Owen (2008), apresenta uma revisão crítica do desenvolvimento e do estado da arte da CSA, através dos artigos publicados na AAAJ no período de 1988 a 2007 e outras publicações de *top journals* no período de 2004 a 2007. Realça que a CSA deve responder às mudanças ambientais, sociais e que deve existir um maior enfoque no sector público, nas organizações sem fins lucrativos e nas Organizações Não Governamentais (ONG).

Parker (2011)¹ apresenta uma análise longitudinal, entre 1988 e 2008, dos estudos publicados em 4 *accounting top journals* (Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ), Accounting Forum (AF), Critical Perspectives on Accounting (CPA), e Accounting, Organizations and Society (AOS) e 2 journals especificamente dedicados à investigação em CSA (Social and Environmental Accounting Journal e Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability). Os artigos analisados dos 4 *accounting top journals* correspondem a 199 estudos publicados. Sendo os artigos publicados no AAAJ os que apresentam um maior equilíbrio entre as vertentes social e ambiental. O autor realça o domínio dos investigadores europeus e australianos nos *journals* AAAJ, AF e CPA o crescente enfoque no sector público/governamental e pelas organizações sem fins lucrativos. Destaca ainda o facto de algumas organizações expressarem a sua preocupação com a CSA enquanto forma de gestão dos riscos de reputação em resposta às pressões da comunidade envolvente, a interesses e pressões institucionais, ou seja demonstram uma estratégia reativa face ao exterior. Importa salientar o destaque atribuído à investigação realizada em três países não anglo saxónicos, como seja Espanha, Holanda e Finlândia.

Eugénio et al. (2010), apresentam uma análise das publicações em contabilidade social e ambiental no período de 2000 a 2006 em 19 *accounting top journals*, repartindo os estudos empíricos em quatro categorias: sistemas de contabilidade social e ambiental, relato social e ambiental, relação entre o relato e o desempenho e o impacto da regulamentação.

3. Metodologia e seleção da amostra

Este estudo pretende contribuir para uma revisão da investigação em contabilidade sobre a temática do relato ambiental, através da análise longitudinal dos estudos publicados em 20 *accounting top journals* (lista em anexo), entre 2006 e 2011.

Para seleção dos artigos publicados nos 20 *journals* seguimos a metodologia adotada por Bianchi et al., (2011). Assim, através da consulta das bases de dados dos *journals*, a qual

¹ Este trabalho é uma atualização do artigo de Parker (2005).

decorreu entre os meses de março e junho de 2012, utilizamos a palavra-chave - *environmental disclosure* – tendo sido identificados 130 artigos. Optamos por excluir os artigos em que a palavra-chave surgia apenas na bibliografia ou como exemplo que não era objetivo de qualquer desenvolvimento, os artigos embargados, os editoriais, os *call for papers* e as revisões de livros. Assim, dos 130 artigos identificados selecionamos 60 artigos para análise.

Dos 20 *journals* analisados constatamos que 10 não publicaram nenhum artigo sobre a temática no período em análise, a saber: Journal Accounting Research; Contemporary Accounting Research; Journal of Accounting and Economics; Review of Accounting Studies; Accounting and Finance; Accounting Horizons; Accounting, Management and Information Technologies; International Journal of ISAFM; Journal of International Financial Management and Accounting; e Review of Quantitative Finance and Accounting.

Para cada artigo optamos por ter em conta as seguintes dimensões de análise: objetivos e resultados obtidos, metodologias adotadas, origem dos dados, sector de atividade e países em estudo.

Seguindo a proposta de autores como Mathews (1997), Parker (2005) e Eugénio et al. (2010), optamos por classificar os artigos analisados, segundo quatro categorias: Práticas de relato ambiental, Relação entre o relato ambiental e o desempenho, Sistema de contabilidade ambiental e Teorias testadas (legitimidade, *stakeholders* e institucional).

Já os *journals* Accounting, Organizations and Society (AOS), Accounting, Auditing & Accountability Journal (AAAJ); Critical Perspectives on Accounting (CPA), e Accounting Forum (AF) publicaram mais de 10 artigos sobre relato ambiental no período de 2006 a 2011. O *journal* com mais artigos publicados foi o AAAJ. Constatámos que a maioria dos autores estão filiados em países como: Reino Unido, Austrália, Canadá, Estados Unidos, Nova Zelândia e Espanha. As instituições que mais se destacam são: University of Dundee, University of Sydney, University of St Andrews², University of South Australia e University of London. Os autores que mais artigos publicaram foram: Jan Bebbington, Rob Gray, Sonja Gallhofer, Jim Haslam, John Ferguson, David Collison, Carol A. Adams e David Power.

4. Análise dos Resultados

² Importa salientar, a relevância do centro de investigação desta instituição Centre for Social Environmental Accounting Research (CSEAR).

4.1 Objetivos e resultados

4.1.1 Práticas de relato ambiental

Nesta categoria incluímos os estudos em que se analisaram as práticas de relato ambiental das empresas. Estes estudos têm em conta diferentes objetivos como podemos constatar pelos exemplos seguintes: compreender as práticas de relato social e ambiental de um determinado espaço geográfico Islam e Deegan (2008); analisar o discurso e o efeito dos relatórios corporativos Laine e Mäkela, (2011); analisar a extensão e natureza das práticas de relato ambiental antes e após a introdução de normativo legal Frost (2007); analisar as garantias nos relatórios e as notas de imprensa Coetzee e Staden (2011); compreender as práticas de relato ambiental de departamentos governamentais Lynch (2010) ou examinar as estratégias de relato de um sector de atividade Cuganesan et al. (2010).

De acordo com Guthrie et al. (2008), as empresas estão a utilizar os relatórios e contas e os seus *Web Sites* para divulgar diferentes tipos de informação ambiental sendo que os *Web Sites* tendem a apresentar uma maior divulgação de informação ambiental do que os relatórios e contas.

Jones (2011) procura através da análise de 63 relatórios e contas de empresas cotadas do Reino Unido com elevado e reduzido impacto ambiental, perceber a utilização de gráficos para comunicar a informação ambiental nos relatórios. O autor conclui que as empresas com elevado impacto ambiental apresentam mais gráficos para a informação ambiental do que as de reduzido impacto ambiental e que existe uma tendência para apresentarem as notícias positivas recorrendo à representação gráfica do que quando estão em causa notícias menos positivas.

Cho (2009) analisa as práticas de relato ambiental com o objectivo de compreender se as práticas/decisões de relato ambiental constituem uma estratégia da empresa para defender o seu desempenho ambiental após ter ocorrido um acidente ambiental. Os resultados deste estudo mostram que a divulgação ambiental tende a basear-se numa estratégia que visa legitimar a atividade em vez para uma maior *accountability*. Conclui ainda que após o acidente ambiental tende a haver um aumento da divulgação de informação nomeadamente através de *press releases*.

4.1.2 Relação entre o relato ambiental e o desempenho

Nesta categoria incluímos os estudos que pretendem analisar a relação entre o relato e o desempenho ambiental e o desempenho económico das empresas. Desta linha de investigação destacamos os trabalhos realizados por Murray et al. (2006), Burnett e Hansen (2008), Clarkson et al. (2008) e Hassan et al. (2009).

Murray et al. (2006) procuram explorar as relações entre o relato ambiental e o desempenho do mercado financeiro das empresas de grande dimensão no Reino Unido. Neste estudo, os autores concluem que não existe uma relação direta entre o retorno das ações e o relato ambiental.

Clarkson et al. (2008) procuram compreender a relação entre o relato e o desempenho ambiental corporativo de 51 empresas dos sectores mineiro e de manufatura da Austrália, concluindo que existe uma relação positiva entre o desempenho e o relato ambiental.

Já Burnett e Hansen (2008) examinam a relação entre o desempenho ambiental e a eficiência produtiva da indústria de eletricidade dos Estados Unidos. Os resultados evidenciam que uma gestão ambiental proactiva permite reduzir os custos ambientais e pode contribuir para a adoção de um sistema de gestão de custos ambientais.

Hassan et al. (2009) procuram estudar o impacto do relato e obrigatório num mercado (Egipto) que aplica as Normas Internacionais de Contabilidade, no qual existem sanções para o não cumprimento. Concluem que a divulgação voluntária tem uma associação positiva, mas insignificante com o valor da empresa no mercado bolsista.

4.1.3 Sistema de contabilidade ambiental

Nesta categoria incluímos os artigos que procuram compreender se os sistemas contabilísticos têm contribuído para melhorar a informação de carácter ambiental. A título de exemplo destacamos os trabalhos realizados por Hopwood (2009) e Henri e Journeault (2010).

Hopwood (2009) apresenta uma análise crítica sobre a contabilidade e outros meios de cálculo relacionados com as questões ambientais. Das conclusões apresentadas pelo autor destacamos a importância atribuída ao papel da contabilidade face ao ambiente e a sustentabilidade.

Henri e Journeault (2010) procuram compreender se um método de controlo financeiro é estratégico para a gestão ambiental influenciar o desempenho económico e ambiental. Os autores concluem que não existe um efeito direto do recurso de um método de controlo financeiro sobre o desempenho económico. Contudo, verificam uma relação indireta entre o desempenho ambiental e o desempenho económico em contexto específicos como seja em

empresas de: elevada exposição ambiental, elevada visibilidade pública, elevada preocupação ambiental, e grande dimensão.

Já Jones (2010) apresenta um modelo teórico para sustentar a contabilidade ambiental e o relato dos graves perigos ambientais, da responsabilidade corporativa, da relação entre a indústria e o ambiente, da medida de impacto da indústria, da contabilidade ambiental e do relatório de desempenho ambiental para os *stakeholders*.

4.1.4 Teorias Testadas

Nesta categoria incluímos os estudos que procuram validar uma dada teoria como fator explicativo das práticas de relato ambiental e dos comportamentos das organizações face ao ambiente. Das teorias a que os diferentes autores recorrem destacam-se a Teoria da Legitimidade, a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria Institucional.

A Teoria da Legitimidade é a mais evidenciada para explicar as práticas/características da divulgação voluntária de informação ambiental. Segundo Cho e Patten (2007) a teoria da legitimidade sugere que o relato ambiental é influenciado pelo nível da pressão política e social que as empresas enfrentam face ao seu desempenho ambiental. Assim, De Villiers e Staden (2006), através da análise de 140 relatórios e contas no período de 1994 a 2002, concluem que em reação a essas pressões, as empresas relatam mais informação ambiental de modo a preservar a sua imagem e a sua legitimidade.

Archel et al. (2009) recorrem à teoria da legitimidade para concluir que a empresa estudada procura legitimar um novo processo de produção através da “manipulação” das percepções sociais e do alinhamento ideológico com o Estado.

Mahadeo et al. (2011) recorrendo às teorias da legitimidade e dos *stakeholders*, analisam os relatórios de sustentabilidade, de 2004 a 2007, das empresas cotadas da República Maritius, tendo por base o contexto de uma economia emergente. Concluem que houve um significativo mas seletivo crescimento da quantidade e qualidade do relato ambiental, o que está relacionado com a necessidade das empresas demonstrarem o seu compromisso com objetivos sociais (legitimidade moral) e com a necessidade de gerir a sua relação com alguns *stakeholders* específicos, sendo ainda uma resposta às críticas sobre corrupção e as práticas empresariais pouco éticas.

O estudo de Coetzee e Standen (2011) demonstra que as empresas reagem às ameaças de perda de legitimidade através do aumento da divulgação de informação ambiental e, em particular,

sobre segurança ambiental, existindo consistência com a teoria da legitimidade e dos *stakeholders*.

Cho et al. (2008) demonstram, recorrendo a uma amostra de companhias químicas e petrolíferas, que efetuam campanhas para influenciar os legisladores com o objetivo de reduzir ou atenuar o peso dos regulamentos ambientais e, consequentemente, reduzir a pressão política e a sua exposição pública. Assim, procuram evitar sanções derivadas da não conformidade das empresas com a legislação existente no ambiente institucional, de modo a que a legitimidade não seja afetada.

Deegan e Blomquist (2006) procuram analisar se o Código de Gestão Ambiental da Indústria Mineira Australiana influencia as práticas de relato ambiental dos signatários e do sector de atividade. Os autores concluem que os grupos de interesses influenciam as práticas de relato gerando um fenómeno positivo de mitemismo ou isomorfismo mimético.

Laine (2009) pretende compreender como o relato ambiental é utilizado como resposta às pressões institucionais decorrentes do contexto social. Para o efeito, analisa as divulgações ambientais de 1972 a 2005 de uma empresa química finlandesa. Conclui que as práticas de relato têm-se alterado face às mudanças no contexto social e institucional como resposta às pressões institucionais para manter a sua legitimidade junto da sociedade.

Neste sentido, o conceito de legitimidade e a procura de legitimação têm sido focados pela Teoria Institucional. Esta teoria procura identificar e analisar as pressões institucionais que permitem explicar os comportamentos e as práticas das organizações. Alciatore e Dee (2006) sugerem que as pressões institucionais, tais como a legislação (isomorfismo coercivo) e as pressões sociais influenciam a adoção de práticas por parte das organizações, independentemente do sector de atividade a que pertencem, que têm vindo a impulsionar as práticas de relato ambiental.

Magness (2006) pretende compreender se o desempenho financeiro, baseado no poder dos *stakeholders*, influencia as práticas de relato. O autor conclui que as empresas pressionadas pela regulamentação divulgam mais informação ambiental, bem como as empresas com financiamento externo. Contudo, não há evidência que o conteúdo do relato seja influenciado pelo desempenho financeiro.

4.2 Metodologia e Origem dos Dados

A metodologia mais utilizada no âmbito do relato ambiental, consiste na análise de conteúdo³ do relatório e contas das empresas selecionadas. A maioria dos artigos da nossa amostra visa a análise da informação ambiental divulgada pelas empresas nos seus relatórios e contas, sendo a técnica de tratamento de dados mais comum a análise de conteúdo (Gray et al. 1995a; Wilmshurts and Frost, 2000; Tilt, 2001; De Villiers e Staden, 2006).

Tabela 1 - Metodologias de investigação utilizadas

| Metodologia de investigação⁴ | Artigos |
|--|---|
| Estudo de Caso | Elijido-tem (2011); Schneider e Samkin (2010); Milne e Kuruppu, (2010); Tilling e Tilt (2010); Laine (2009); Cho (2009); Cassel e Lee (2008); Freedman e Patten (2008) |
| Modelos Estatísticos | Jones (2011); Hassan et al. (2009); Burnett e Hansen (2008); Roberts et al. (2008); Patten e Cho (2007); Sinclair et al. (2006) |
| Entrevistas | Cooper e Belal (2011); Elijido-tem (2011); Macve e Chen (2010); Clarkson et al. (2010); Cho (2009); O'Sullivan e O'Dwyer (2009); Grosser e Moon (2008); Islam e Deegan (2008); Spence (2007); Belal e Owen (2007); Deegan e Blomquist (2006) |
| Análise de Conteúdo | Laine e Mäkela (2011); Christiaens et al. (2011); Mahadeo et al. (2011); Chapple et al. (2011); Elijido-tem (2011); Taplin e Joseph (2011); Coetzee e Staden (2011); Lynch (2010); Laine (2010); Guthrie et al. (2010); Deegan e Islam (2010); Tilling e Tilt (2010); Macve e Chen (2010); Schneider e Samkin (2010); Tregidga et al. (2009); Aerts e Cormier (2009); Spence et al. (2009); Cho (2009); O'Sullivan e O'Dwyer (2009); Freedman e Staghiano (2008); Cuganesan et al. (2008); Islam e Deegan (2008); Grosser e Moon (2008); Frost (2007); De Villiers e Staden (2006); Coupland (2006); Moore et al. (2006); Clatworthy e Jones (2006); Sinclair et al. (2006) |

Fonte: Elaboração Própria

³ O método de análise de conteúdo apresenta algumas limitações face à subjectividade na interpretação da informação recolhida e na decisão de inclusão numa das categorias definidas.

⁴ **Nota:** Alguns estudos utilizam complementarmente mais que uma abordagem metodológica.

A abordagem longitudinal permite analisar as possíveis relações entre o contexto e o comportamento da divulgação de informação ambiental. Recorrendo a esta abordagem tal como nos estudos de Gray et al. (1995a) e Unerman, (2000). Concluímos que diversos artigos em análise adotam esta abordagem como são os casos dos trabalhos de: Laine e Mäkela, (2011); Overell et al. (2011); Deegan e Islam (2010); Tilling e Tilt (2010); Samkin e Schneider (2010); Lynch (2010); Hassan et al. (2009); Laine (2010, 2009); Islam e Deegan (2008); Freedman e Stagliano (2008); Frost (2007); De Villiers e Staden (2006); Sinclair et al. (2006). Destes trabalhos destaca-se o recurso a uma multiplicidade de fontes de informação como sejam: as cartas do CEO, os relatórios e contas, relatórios de sustentabilidade e/ou ambientais, notícias dos media e *press releases*.

Segundo Moneva e LLena (2000) e Tilt (2001), a maioria dos estudos utiliza o relatório e contas como fonte para a recolha de informação sobre relato ambiental. Dos artigos por nós analisados também é possível chegar a idêntica conclusão já que se verifica que a maioria utiliza o mesmo tipo de fonte de informação como são os casos de: Bouten et al. (2011); Lynch (2010); Cho et al. (2010); Samkin e Schneider (2010); Laine (2010, 2009); Hassan et al. (2009); Islam e Deegan (2008); Guthrie et al. (2008); Frost (2007); Sinclair et al. (2006); De Villiers e Staden (2006).

Contudo, importa salientar que as empresas começam a utilizar outros meios de divulgação da informação, como sejam: os *web sites*, *press release*, CD Roms, *newletters*, brochuras, relatórios ambientais autónomos (Taplin e Joseph, 2011; Overell et al. 2011; Elijido-Tem et al. 2010; Cormier e Aerts, 2009; Laine, 2009; Guthrie et al. 2008; Grosser e Moon, 2008).

Importa salientar que alguns estudos para diminuir a subjectividade do método de análise de conteúdo, recorrem complementarmente às fontes anteriormente identificadas, a entrevistas aos gestores, aos profissionais da contabilidade ou a diferentes grupos de *stakeholders* como são os casos dos trabalhos de O'Sullivan e O'Dwyer (2009), Grosser e Moon (2008), Islam e Deegan (2008).

Existem ainda estudos que utilizam apenas questionários (Milne e Kuruppu, 2010; Journeault e Henri, 2010; Hendro et al. 2010) ou unicamente entrevistas (Belal e Cooper, 2011; Belal e Owen, 2007; Spence, 2007; Deegan e Blomquist, 2006)

Unerman (2000), demonstra, através de um estudo longitudinal à comunicação corporativa da Shell, que a informação ambiental divulgada no relatório e contas representa apenas uma pequena parte da totalidade da informação relatada pela empresa. A mesma conclusão foi obtida por McMurtrie (2005) num estudo sobre duas empresas australianas de grande dimensão, ao referir que o relatório e contas apresenta apenas uma parte da “fotografia” das empresas sobre as suas práticas de relato ambiental.

Contudo, o relatório e contas continua a ser o documento mais utilizado na análise do relato ambiental dadas as vantagens que lhe são atribuídas, nomeadamente pela obrigatoriedade de elaboração, pelo facto do seu acesso ser relativamente fácil a longo prazo, de ser dirigido a vários *stakeholders*, de apresentar maior credibilidade e ampla distribuição, sendo também um meio em que as empresas podem divulgar informação de carácter voluntário (incluindo ambiental), satisfazendo os diferentes *stakeholders* (Wilmshurst e Frost, 2000; Tilt, 2001; Deegan et al., 2002; Llena et al., 2007).

Dos estudos analisados, as amostras de maior dimensão constituídas por empresas variam entre 1447 empresas com 100 ou mais empregados, tendo obtido 330 respostas ao questionário (Journeault e Henri, 2010), a 191 empresas (Clarkson et al., 2008), 190 empresas (Cho et al., 2010), 108 empresas (Everaert et al., 2011) e 71 empresas cotadas na bolsa australiana de sectores potencialmente mais críticos para o ambiente, como sejam os sectores de extração de recursos naturais e de pasta de papel (Frost, 2007). Relativamente a profissionais destacamos o estudo de Ferreira et al. (2010) que aplica um questionário a 292 profissionais de contabilidade de gestão e controllers das empresas da manufatura, transportes, turismo e construção da Austrália. Importa salientar ainda o estudo de Taplin e Joseph (2011) com 145 autoridades locais.

4.4 Sector de actividade e país

Diversos estudos discutem a importância do sector de actividade como factor que influencia as práticas de relato ambiental (Gray et al., 1995b; Adams et al., 1998; Wilmshurst e Frost, 2000; De Villiers e Staden, 2006; Alciatore e Dee, 2006; Branco e Rodrigues, 2008; Monteiro e Guzman, 2010). As empresas de sectores mais sensíveis a riscos ambientais e expostos a regulamentação, tais como o sector químico, a indústria de papel, as petrolíferas, a metalomecânica, a indústria extractiva, tendem a divulgar mais informação do que as empresas que não estão tão sujeitas a esses riscos e, consequentemente, à pressão da comunidade, em geral, e do Estado, em particular.

Assim, o enquadramento sectorial das organizações é importante para compreender determinados objectivos, estratégias e capacidades no que respeita às práticas de relato ambiental. Este factor permite, igualmente, criar grupos de observação no sentido de identificar semelhanças e diferenças entre os grupos de empresas de sectores distintos. A literatura sugere que as empresas do mesmo sector de actividade possuem práticas de divulgação semelhantes e que os sectores com maior impacto ambiental dão um maior relevo ao relato de matérias

ambientais (Gray et al. 1995b; Adams et al. 1998; Wilmshurst e Frost, 2000; Deegan et al. 2002; Branco e Rodrigues, 2008).

Da análises que efetuámos concluímos que os sectores considerados mais sensíveis ao ambiente, são os sectores químico, celulose e papel, combustíveis, indústria extractiva, indústria de electricidade (Coetzee e Staden, 2011; Overell et al. 2011; Laine, 2010; Cho, 2009; Laine, 2009; Freedman e Stagliano, 2008; Roberts et al. 2008; Burnett e Hansen, 2008; De Villiers e Staden, 2006; Deegan e Blomquist, 2006; Magness, 2006).

Alguns estudos não tomam em consideração o sector de actividade mas factores como a dimensão (mais de 100 trabalhadores) (Journeault e Henri, 2010) e o facto de serem cotadas em bolsa (Mahadeo et al. 2011; Christiaens et al. 2011; Jones, 2011; Cho et al. 2010; Hassan et al. 2009; Grosser e Moon, 2008; Frost, 2007; Spence, 2007; Patten e Cho, 2007; Clatworthy e Jones, 2006; Sinclair et al. 2006).

Importa salientar a crescente investigação sobre organizações governamentais (Taplin e Joseph, 2011; Samkin e Schneider, 2010; Lynch, 2010) tendência identificada por Parker (2011).

No que respeita aos países mais analisados, os nossos resultados permitem destacar o peso dos artigos sobre os países anglo saxónicos: Reino Unido (10), Estados Unidos (8), Austrália (7), Bangladesh (3), Canadá (3), Nova Zelândia (3), Malásia (3). O país de origem está, na maioria dos casos, associado com o país de filiação dos autores. Importa salientar que também foram analisados dados de outros países como: Espanha, Finlândia, Egípto, África do Sul, República Maurítius, França, Bélgica e Singapura. De referir a existência de dois artigos que efetuam análises comparativas entre países, o caso da Coréia do Sul, Malásia, Filipinas, Tailândia e Indonésia (Loftus e Purcell, 2008) e do Canadá com os Estados Unidos (Aerts e Cormier, 2009).

Conclusão

A investigação empírica sobre relato ambiental centra-se predominantemente em informação ambiental divulgada através dos relatórios e contas e outros meios de comunicação utilizados pelas empresas, tendo em vista a identificação dos fatores que influenciam as práticas de relato ambiental.

Relativamente à metodologia de investigação prevalece a análise de conteúdo dos relatórios e contas e outros meios de comunicação (relatórios de sustentabilidade, *web sites*, *press releases*), tendo como âmbito de aplicação uma amostra de empresas de um ou mais países, sendo predominante o estudo de empresas de grande dimensão, cotadas em bolsa, com certificação

ambiental, pertencentes a sectores de atividade mais sensíveis ao ambiente (extração de minério, industria química, celulose ou de pasta de papel).

A Teoria da Legitimidade é a perspetiva predominante nos estudos, para explicar as características o relato voluntário e obrigatório.

Os estudos, apesar de incidirem sobre diversas áreas geográficas, tendem a privilegiar como objeto de análise países anglo-saxónicos, como os Estados Unidos, Reino Unido e Austrália.

Apesar dos resultados obtidos serem congruentes com estudos similares, estamos conscientes que o estudo apresenta algumas limitações. Na lista de *journals* não foram consideradas as revistas específicas da área da Contabilidade Social e Ambiental, como por exemplo, o *Journal of the Asia Pacific Centre For Environmental Accountability* e o *Social and Environmental Accounting, Advances in Environmental Management and Accounting*.

Em futuras investigações julgamos relevante assegurar uma maior abrangência dos *journals* analisados, nomeadamente incluindo publicações não anglo-saxónicas. Outro aspeto a explorar parece-nos ser o recurso a outras palavras-chaves como por exemplo: Contabilidade Ambiental, Relato Sustentável e Contabilidade Sustentável.

Referências Bibliográficas

Adams, C.; Hill, W. e Roberts, C. (1998). Corporate social reporting practices in Western Europe: Legitimizing corporate behaviour?. *British Accounting Review*, Vol. 30, nº 1, pp. 1-21.

Adams, Carol e Larrinaga-González, Carlos (2007). Engaging with organisations in pursuit of improved sustainability accounting and performance. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20, nº 3, pp. 333-355.

Aerts, Walter e Cormier, Denis (2009). Media legitimacy and corporate environmental communication. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 34, pp. 1-27.

Archel et al. (2009). Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 8, pp. 1284-1307.

Belal, Ataur e Cooper, Stuart (2011). The absence of corporate social responsibility reporting in Bangladesh. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 22, pp. 654-667.

Belal, Ataur e Owen, David (2007). The views of corporate managers on the current state of, and future prospects for, social reporting in Bangladesh. An engagement-based study. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20, nº 3, pp. 472-494.

Bianchi et al. (2011). Produção científica em Contabilidade Financeira o caso português no período 2001-2009. *Revista Contabilidade & Gestão, Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas*, Nº 11, Novembro.

Bouten et al. (2011). Corporate social responsibility reporting: A comprehensive picture?. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 187-204.

Branco, Manuel e Rodrigues, Lúcia (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, Vol. 83, pp. 685-701.

Brennan et al. (2009). Impression management. Developing and illustrating a scheme of analysis for narrative disclosures – a methodological note. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 5, pp. 789-832.

Burnett, Royce e Hansen, Don (2008). Ecoefficiency: Defining a role for environmental cost management. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 33, pp. 551-581.

Campbell et al. (2006). Cross-sectional effects in community disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 1, pp. 96-114.

Catasús, Bino (2008). In search of accounting absence. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 1004-1019.

Cho et al. (2008). The politics of environmental disclosure regulation in the chemical and petroleum industries: Evidence from the Emergency Planning and Community Right-to-Know Act of 1986. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 450-465.

Cho et al. (2010). The language of US corporate environmental disclosure. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 35, pp. 431-443.

Cho, Charles (2009). Legitimation strategies used in response to environmental disaster: A French case study of Total SA's Erika and AZF incidents. *European Accounting Review*, Vol. 18, nº 1, pp. 33-62.

Cho, Charles e Patten, Dennis (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 32, pp. 639-647.

Chung, Lai e Parker, Lee (2010). Managing social and environmental action and accountability in the hospitality industry: A Singapore perspective. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 46-53.

Clarkson et al. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 33, pp. 303-327.

Clarkson et al. (2011). Environmental reporting and its relation to corporate environmental performance. *ABACUS*, Vol. 47, nº 1, pp. 27-60.

Clatworthy, Mark e Jones, Michael (2006). Differential patterns of textual characteristics and company performance in the chairman's statement. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 4, pp. 493-511.

Coetzee, Charmaine e Staden, Chris (2011). Disclosure responses to mining accidents: South African evidence. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 232-246.

Coupland, Christine (2006). Corporate social and environmental responsibility in web-based reports: Currency in the banking sector?. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 17, pp. 865-881.

Cuganesan et al. (2010). Examining CSR disclosure strategies within the Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 169-183.

De Villiers, Charl e Staden, Chris (2006). Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 31, pp. 763-781.

Deegan, Craig e Blomquist (2006). Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 31, pp. 343-372.

Deegan, Craig et al. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997 – A test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 15, nº 3, pp. 312-343.

Eugénio, Teresa et al. (2010). Recent developments in social and environmental accounting research. *Social Responsibility Journal*, Vol. 6, nº 2, pp. 286-305.

Ferreira et al. (2010). Environmental management accounting and innovation: an exploratory analysis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 7, pp. 920-948.

Freedman, Martin e Stagliano, A.J. (2008). Environmental disclosures: electric utilities and Phase 2 of the Clean Air Act. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 466-486.

Frost, Geoffrey (2007). The introduction of mandatory environmental reporting guidelines: Australian evidence. *ABACUS*, Vol. 43, nº 2, pp. 190-216.

Gray, Rob (2002). The social accounting project and accounting organizations and society. Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique?. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 27, nº 7, pp. 687-708.

Gray, Rob (2006). Does sustainability reporting improve corporate behavior?: Wrong question? Right time?. *Accounting and Business Research, International Accounting Policy Forum*, Vol 36, nº 4, pp. 65-88.

Gray, Rob et al. (1995a). Corporate social and environmental reporting. A review of the literature and a longitudinal study of UK Disclosure. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, nº 2, pp. 47-77.

Gray, Rob et al. (1995b). Methodological themes. Constructing a research database of social and environmental by UK companies. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, nº 2, pp. 78-101.

Grosser, Kate e Moon, Jeremy (2008). Developments in company reporting on workplace gender equality? A corporate social responsibility perspective. *Accounting Forum*, Vol 32, pp. 179-198.

Guthrie et al. (2008). Industry specific social and environmental reporting: The Australian food and beverage industry. *Accounting Forum*, Vol 32, pp. 1-15.

Hassan et al. (2009). The value relevance of disclosure: Evidence from the emerging capital market of Egypt. *The International Journal of Accounting*, Vol. 44, pp. 79-102.

Henri, Jean-François e Journeault, Marc (2010). Eco-control: The influence of management control systems on environmental and economic performance. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 35, pp. 63-80.

Hopwood, Anthony (2009). Accounting and the environment. *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 34, pp. 433-439.

Islam, Muhammad e Deegan, Craig (2008). Motivations for an organization within a developing country to report social responsibility information. Evidence from Bangladesh. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, nº 6, pp. 850-874.

Islam, Muhammad e Deegan, Craig (2010). Media pressures and corporate disclosure of social responsibility performance information: a study of two global clothing and sports retail companies. *Accounting and Business Research*, Vol 40, nº 2, pp. 131-148.

Jones, Michael (2010). Accounting for the environment: Towards a theoretical perspective for environmental accounting and reporting. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 123-138.

Jones, Michael (2011). The nature, use and impression management of graphs in social and environmental accounting. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 75-89.

Joseph, Corina e Taplin, Ross (2011). The measurement of sustainability disclosure: Abundance versus occurrence. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 19-31.

Kuruppu, Sanjaya e Milne, Markus (2010). Dolphin deaths, organizational legitimacy and potential employees' reactions to assured environmental disclosures. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 1-19.

Laine, Matias (2009). Ensuring legitimacy through rhetorical changes? A longitudinal interpretation of the environmental disclosures of a leading Finnish chemical company. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 7, pp. 1029-1054.

Laine, Matias (2010). Towards Sustaining the status quo: Business talk of sustainability in finnish corporate disclosures 1987-2005. *European Accounting Review*, Vol. 19, nº 2, pp. 247-274

Lee, Bill e Cassell, Catherine (2008). Employee and social reporting as a war of position and union learning representative initiative in the UK. *Accounting Forum*, Vol 32, pp. 276-287.

Llena, F. et al. (2007). Environment disclosures and compulsory accounting standards: the case of Spanish annual reports. *Business Strategy and the Environment*, Vol. 16, pp. 50-63.

Loftus, Janice e Purcell, John (2008). Post-Asian financial crisis reforms: an emerging new embedded-relational governance model. *Accounting, Business & Financial History*, Vol. 18, nº 3, pp. 335-355.

Lynch, Barbara (2010). An examination of environmental reporting by Australian state government departments. *Accounting Forum*, Vol 34, pp. 32-45.

Macve, Richard e Chen, Xiaoli (2010). The “equator principles”: a success for voluntary codes? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 7, pp. 890-919.

Magness, Vanessa (2006). Strategic posture, financial performance and environmental disclosure. An empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 4, pp. 540-563.

Mahadeo et al. (2011). Changes in social and environmental reporting practices in emerging economy (2004-2007): Exploring the relevance of stakeholder and legitimacy theories. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 158-175.

Mäkelä, Hannele e Laine, Matias (2011) A CEO with many messages: Comparing the ideological representations provided by different corporate reports. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 217-231.

Mathews, M. R. (1997). Twenty five years of social and environmental accounting research: is there a silver jubilee to celebrate?. *Accountability, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 10, nº 4, pp. 481-531.

Mathews, M. R. (2003). A brief description and preliminary analysis of recent social and environmental accounting research literature. *Indonesian Management and Accounting Research*, Vol. 2, nº 2, pp. 197-264.

Mathews, M. R. (2004). Developing a matrix approach to categorise the social and environmental accounting research literature. *Qualitative Research in Accounting and Management*, Vol. 1, nº 1, pp. 30-45.

Milne et al. (2009). Words not actions! The ideological role of sustainable development reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 8, pp. 1211-1257.

Monteiro, Sónia e Gúzman, Beatriz (2010). Determinantes of environmental disclosures in the annual reports of large companies operating in Portugal, *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 17, pp. 185-204.

Murray et al. (2006). Do financial markets care about social and environmental disclosure? Further evidence and exploration from the UK. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 19, nº 2, pp. 228-255.

O'Sullivan, Niamh e O'Dwyer, Brendan (2009). Stakeholder perspectives on a financial sector legitimisation process. The case of NGOs and the Equator Principles. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 4, pp. 553-587

Owen, David (2008). Chronicles of wasted time? A personal reflection on the current state of, and future prospects for, social and environmental accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 21, nº 2, pp. 240-267.

Parker, Lee (2005). Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 18, nº 6, pp. 842-860.

Parker, Lee (2011). Twenty-one years of social and environmental accountability research: A coming of age. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 1-10.

Patten, Dennis e Freedman, Martin (2008). The GAO investigation of corporate environmental disclosure: An opportunity missed. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 435-449.

Samkin, Grant e Schneider (2010). Accountability, narrative reporting and legitimization. The case of a New Zealand public benefit entity. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 2, pp. 256-289.

Solomon, Jill e Thomson, Ian (2009). Satanic Mills? An illustration of Victorian external environmental accounting. *Accounting Forum*, Vol 33, pp. 74-87.

Spence et al. (2010). Cargo cult science and the death of politics: A critical review of social and environmental accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 21, pp. 76-89.

Spence, Crawford (2007). Social and environmental reporting and hegemonic discourse. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 20, nº 6, pp. 855-882.

Ten-Elijido et al. (2010). Extending the application of stakeholder influence strategies to environmental disclosures. An exploratory study from a developing country. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 8, pp. 1032-1059.

Ten-Elijido, Evangeline (2011). Media Coverage and voluntary environmental disclosures: A developing country exploratory experiment. *Accounting Forum*, Vol 35, pp. 139-157.

Tilling, Matthew e Tilt, Carol (2010). The edge of legitimacy. Voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 23, nº 1, pp. 55-81.

Unerman, J. (2000). Methodological issues – reflections on quantification in corporate social reporting content analysis, *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 13, nº 5, pp. 667-680.

Wilmshurst, T. e Frost, G. (2000). Corporate environmental reporting. A Test of Legitimacy Theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 13, nº 1, pp. 10-26.

Anexo 1

| Accounting Journals |
|--|
| Accounting Review |
| Accounting, Organizations and Society |
| Journal Accounting Research |
| Contemporary Accounting Research |
| Journal of Accounting and Economics |
| Review of Accounting Studies |
| Abacus |
| Accounting and Business Research |
| Accounting and Finance |
| Accounting Business & Financial History |
| Accounting Horizons |
| Accounting, Auditing & Accountability Journal |
| Accounting, Management and Information Technologies |
| European Accounting Review |
| The International Journal of Accounting |
| International Journal of ISAFM |
| Journal of International Financial Management and Accounting |
| Review of Quantitative Finance and Accounting |
| Critical Perspectives on Accounting |
| Accounting Forum |